



Comissão de Saúde

Informação

Projetos de Resolução n.ºs 484 e 486 (PSD), 368 e 541 (BE) e 834/XIII (2.ª) PCP

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º n.º 1 do RAR, em reunião da Comissão de 10 de maio de 2017

- «Recomenda ao Governo que prossiga a política dos anteriores executivos no sentido de gerir com responsabilidade e investimento os recursos do Serviço Nacional de Saúde»
- «Recomenda ao Governo que prossiga a política dos anteriores executivos no sentido de reduzir o recurso à contratação de médicos na modalidade de prestação de serviços no âmbito do Serviço Nacional de Saúde»
- «Poupar no financiamento a privados para investir no Serviço Nacional de Saúde»
- «Maior autonomia para celebração de contratos por parte das entidades do Serviço Nacional de Saúde»
- «Maior autonomia para celebração de contratos por parte das entidades do Serviço Nacional de Saúde»
- «Recomenda ao Governo a contratação de profissionais de saúde e a integração dos profissionais de saúde contratados ao abrigo dos planos de contingência no quadro de pessoal das instituições de saúde».

1. Os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD tomaram a iniciativa de apresentar os Projetos de Resolução (PJR) n.º 484 e n.º 486, os do BE apresentaram os Projetos de Resolução n.º 368 e n.º 541 e os do PCP o Projeto de Resolução n.º 834/XIII (2.ª), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).

2. As iniciativas do PSD deram entrada na Assembleia da República a 28 de setembro de 2017, tendo sido admitidas a 30 de setembro, data em que baixaram à Comissão de Saúde; as iniciativas do BE deram entrada a 08 de junho e a 04 de novembro, tendo sido admitidas a 09 de junho e 08 de novembro, respetivamente, data em que baixaram à Comissão de Saúde; a iniciativa do PCP deu entrada a 04 de maio, tendo sido admitida a 09 de maio, data em que baixou à Comissão de Saúde.

3. A discussão dos Projetos de Resolução (PJR) n.ºs 484 e 486 (PSD), 368 e 541 (BE) e 834 (2.ª) ocorreu nos seguintes termos:

O Deputado Luís Vales apresentou o PJR n.º 484/XIII (2.ª) que recomenda ao Governo que *«prossiga a política dos anteriores executivos no sentido de gerir com responsabilidade e investimento os recursos do Serviço Nacional de Saúde»*. Recordou que em 2010 havia um défice superior a 930 milhões de euros e que a dívida total a fornecedores era superior a 3,2 mil milhões de euros, o que equivalia a 1,8% do PIB, valores que o Governo do PSD e CDS-PP inverteu. Frisou que no 1.º trimestre deste ano o investimento caiu cerca de 20%, relativamente ao mesmo período do ano anterior, assim como aumentou o atraso nos pagamentos por parte dos hospitais EPE e, a este propósito, deu como exemplo as declarações do Presidente da Liga de Bombeiros Portugueses, que referiu que além dos hospitais não lhe pagarem, ainda devolvem as faturas à Liga para que a despesa não conte para o défice. Considera assustador o silêncio do BE e do PCP relativamente a esta matéria.

De seguida apresentou o PJR n.º 486/XIII (2.ª), que recomenda ao Governo que *«prossiga a política dos anteriores executivos no sentido de reduzir o recurso à contratação de médicos na modalidade de prestação de serviços no âmbito do Serviço Nacional de Saúde»*. Disse que o Ministério da Saúde prometeu reduzir a despesa do SNS, o que não foi conseguido, porque em 2016 voltou a disparar. Disse ainda que as iniciativas do BE não são sérias, designadamente quando recomendam dar mais autonomia aos hospitais, esquecendo que há um despacho do Governo de sentido contrário.



Comissão de Saúde

O Deputado Moisés Ferreira apresentou os PJR's n.º 368/XIII (2.ª) e n.º 541/XIII (2.ª) que propõem, respetivamente «*poupar no financiamento a privados para investir no SNS*» e dar «*maior autonomia para celebração de contratos por parte das entidades do SNS*». Lembrou que a austeridade levou médicos e enfermeiros a abandonar o país, reduzindo assim a capacidade de resposta em muitos hospitais, quer em situação de urgência quer em situações programadas. Entende que o aproveitamento da capacidade do SNS permitirá uma resposta mais atempada, nomeadamente pela redução das listas de espera e diminuição do recurso a privados. Em vez de entregar hospitais aos privados, o BE propõe o aumento do investimento no SNS porque o atual é insuficiente. Anunciou que não acompanha as propostas do PSD porque são revanchistas.

A Deputada Carla Cruz esclareceu que sobre a questão da dívida há muito que o PCP tem referido existir subfinanciamento do SNS. Recordou que o PSD se absteve na votação de uma iniciativa do PCP que visava o reforço da resposta pública e que votou contra o diploma que recomendava uma redução progressiva da subcontratação de profissionais. Recordando ainda que quem encerrou instituições do SNS foi o anterior Governo.

Em seguida, apresentou o PJR n.º 834/XIII (2.ª) que «*Recomenda ao Governo a contratação de profissionais de saúde e a integração dos profissionais de saúde contratados ao abrigo dos planos de contingência no quadro de pessoal das instituições de saúde*». Pese embora os passos dados no sentido da reversão de medidas dos direitos dos trabalhadores, quanto à reposição dos salários e das 35 horas, os profissionais estão profundamente desmotivados, e as contratações de profissionais, em todas as carreiras, estão aquém das necessidades do SNS. Outra preocupação prende-se com o trabalho precário, não deixando de mencionar o número de médicos indiferenciados, que não tiveram acesso à formação e, se não se atuar, esse número crescerá.

De seguida usaram da palavra os seguintes Deputados:

António Sales falou do Relatório Trimestral da ACSS que apresenta dados positivos relativamente ao mesmo período de 2016, salientando que se fizeram mais consultas médicas e de enfermagem, que há menos utentes sem médico de família, prevendo-se um incremento de USF's, pelo que se congratula com a preocupação deste Governo em colocar as pessoas no centro do sistema. Deu conta do Despacho n.º 3796-A, de 5 de maio, sobre a rentabilização do SNS, referindo que o Ministério da Saúde pretende «*fomentar a rentabilização dos equipamentos e dos recursos humanos do SNS, limitando a subcontratação a entidades externas aos casos em que a capacidade instalada estiver esgotada*». Este Governo tem feito um esforço na internalização de

Comissão de Saúde

serviços e no repensar das PPP's e, apesar das dificuldades, pretende alcançar os objetivos até ao final da Legislatura.

A Deputada Isabel Galriça Neto disse que é inegável a quebra de investimento no SNS, que cresceram as dívidas aos fornecedores e se alargou o prazo de pagamento, o que pode pôr em perigo o SNS. Lembrou que está a decorrer uma greve dos médicos, alegando falta de seriedade do Governo em resolver as questões. É lamentável que se continue num «*passa-culpas*» com o passado. Já chega de ambivalência dos partidos que apoiam o Governo, que nas alturas chave devem assumir a sua posição e aprovar o orçamento necessário e outras medidas, não tendo uma postura dúbia e inconsistente com aquilo que apresentaram no passado. Disse esperar que deixe de haver uma oposição encapotada.

4. Os Projetos de Resolução n.ºs 484/XIII e 486/XIII (2.ª), do PSD, 368/XIII e 541/XIII (2.ª), do BE e 834/XIII (2.ª), do PCP, foram objeto de discussão na Comissão de Saúde, em reunião de 10 de maio de 2017.

5. A informação relativa à discussão conjunta dos 484/XIII (2.ª), 486/XIII (2.ª), 368/XIII (2.ª), 541/XIII (2.ª) e 834/XIII (2.ª) será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, 10 de maio de 2017

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(José de Matos Rosa)